

## A INFLUÊNCIA DAS ÁREAS VERDES NA QUALIDADE DE VIDA URBANA

### THE INFLUENCE OF GREEN AREAS IN THE QUALITY OF URBAN LIFE

**Patrícia Ribeiro Londe**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU

[londepr@yahoo.com.br](mailto:londepr@yahoo.com.br)

**Paulo Cezar Mendes**

Doutor em Geografia, UFU

[pcmendes@iq.ufu.br](mailto:pcmendes@iq.ufu.br)

#### RESUMO

A temática sobre áreas verdes é extremamente complexa, permitindo vários olhares e perspectivas de análise. Neste trabalho, procuramos dar ênfase e tecer reflexões a cerca dos benefícios ambientais proporcionados pelas áreas verdes no espaço urbano e suas contribuições para a qualidade de vida da população. Estas áreas são consideradas espaços livres, com predominância de vegetação arbórea, acessíveis ao uso direto da população. Por desempenharem diferentes funções no espaço urbano, as áreas verdes proporcionam inúmeros benefícios tanto para a qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ambiental, quanto para saúde e bem-estar da população cidadina. Partindo-se desta premissa, é de extrema relevância estudos que discutam a importância destas áreas no espaço urbano, bem como reflexões acerca da importância do planejamento municipal e de políticas públicas, na construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis.

**Palavras chave:** Qualidade Ambiental. Áreas Verdes. Qualidade de Vida.

#### ABSTRACT

The subject of green areas is extremely complex, allowing multiple looks and analytical perspectives. In this work, we seek to emphasize and weave reflections about the environmental benefits provided by green space in urban areas and their contributions to the quality of life. These areas are considered free spaces, predominantly arboreal vegetation, accessible to the direct use of the population. For performing different functions in urban spaces, green areas provide numerous benefits for both the quality of the environment and environmental balance, and for health and well being of the city population. Starting from this premise, it is extremely important studies that discuss the importance of these areas in the urban space, as well as reflections on the importance of municipal planning and policy, construction of environmentally sound and sustainable cities.

**Keywords:** Environmental Quality. Green Areas. Quality of Life

---

#### INTRODUÇÃO

O tema sobre as questões urbanas tem sido alvo de diversas abordagens, sob diferentes prismas, desde a segunda metade do século XX. Tal interesse deve-se principalmente ao crescimento dos centros urbanos e, por consequência, as demandas por infraestrutura, moradia, transporte (LIMA; AMORIM, 2006), trabalho, saúde, educação e lazer. Diante dessa nova paisagem urbana destacam-se as modificações na paisagem com o consequente comprometimento da qualidade do meio físico, insalubridade e péssima qualidade de vida.

---

Recebido em: 06/01/2014

Aceito para publicação em: 18/06/2014

A verificação da qualidade ambiental das cidades é cada vez mais evidente e importante, pois é no espaço urbano que os problemas ambientais geralmente atingem maior amplitude, notando-se concentração de poluentes no ar e na água, a degradação do solo e subsolo, em consequência do uso intensivo do território pelas atividades urbanas (LOMBARDO, 1985).

Apesar do conceito de qualidade ambiental urbana ser muito citado na literatura científica e na legislação (BUCCHERI-FILHO; TONETTI, 2011), na prática poucas ações são convergidas para a melhoria das condições ambientais do espaço urbano, dentre elas a criação de áreas verdes públicas. Estas áreas, por se constituírem em locais onde predominam a vegetação arbórea, proporcionam inúmeros benefícios que asseguram a qualidade ambiental do espaço urbano, tais como conforto térmico, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, atenuação da poluição do ar, sonora e visual e abrigo para fauna (NUCCI, 2008). Além disso, são fundamentais na malha urbana, atuando como um indicador de qualidade de vida, por estarem intimamente ligadas ao lazer e recreação da população (NUCCI, 2008), e por se constituírem em locais de convívio social e de manifestação da vida comunitária.

Diante das considerações apontadas, torna-se necessária a realização de pesquisas que discutam o papel das áreas verdes no espaço urbano, bem como suas contribuições para a qualidade ambiental das cidades e para a qualidade de vida da população, além de reflexões acerca da importância do planejamento municipal e de políticas públicas, na construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis.

De forma específica, a proposta deste artigo é trazer uma discussão sobre a qualidade de vida urbana, sob a ótica das áreas verdes públicas, mediante uma reflexão sobre as funções desempenhadas por estas áreas na qualificação ambiental da cidade, bem como suas contribuições para a saúde e o bem estar da população.

Portanto, como as paisagens urbanas constituem-se em elemento representativo da qualidade de vida urbana, a acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, qualidade das edificações, tamanho das residências, presença de áreas verdes, disponibilidade de serviços básicos são indicativos do grau de satisfação de necessidades básicas (MANSILLA, 2001) e referenciais para gestões locais que almejam melhorar a qualidade de vida da população.

### **Áreas Verdes: Conceitos e Funções**

As primeiras reflexões que vem à mente, quando discorremos sobre áreas verdes referem-se à sua utilidade e até onde vai a abrangência do termo (CAVALHEIRO, DEL PICCHIA, 1992). Frequentemente utilizados pelos órgãos de planejamento municipal e no meio acadêmico, para classificar a vegetação presente nas cidades, os termos áreas verdes, espaços/áreas livres, arborização urbana, verde urbano e cobertura vegetal, têm sido usados com o mesmo significado. No entanto, a maioria destes termos não são sinônimos, e não se referem aos mesmos elementos (LIMA *et al.*, 1994).

A falta de consenso entre estes conceitos pode estar vinculada ao fato de a vegetação ser tratada sob diferentes perspectivas, seja entre as ciências como Geografia, Biologia, Agronomia, Arquitetura, Engenharia Florestal, ou no âmbito dos órgãos públicos responsáveis pela vegetação urbana. Essa falta de consonância gera conflitos na avaliação da vegetação presente nas cidades, prejudica a comparação entre pesquisas realizadas (COSTA; COLESANTI, 2011) e tem suscitado problemas no que tange a disseminação desse conhecimento em nível de ensino, planejamento e gestão das áreas verdes (GUZZO, 1999).

Na esfera do poder municipal, o planejamento e a gestão das áreas verdes estão previstos no Plano Diretor e são definidas segundo critérios de desenvolvimento e expansão urbana. De maneira geral, nestes planos, a acepção do termo possui um caráter abrangente, e comumente refere-se ao espaço onde há o predomínio de vegetação, englobando as praças, os jardins, as unidades de conservação, os canteiros centrais de ruas e avenidas, trevos e rotatórias de vias públicas.

Todavia, muitos destes locais não possuem sequer vegetação, e mesmo assim são consideradas erroneamente como áreas verdes. Essa confusão constitui-se como uma das maiores dificuldades de se considerar o “verde urbano” no planejamento das cidades (LIMA *et al.*, 1994). Os resultados são os déficits permanentes e crescentes de áreas verdes no espaço urbano (LOBODA; DE ANGELIS, 2005), além da má qualidade das infraestruturas disponíveis nestes locais.

Entre pesquisadores a falta de consenso na definição de áreas verdes também se faz presente, e explicita a complexidade da temática. Logo, é importante a sistematização do uso dos referidos termos, evitando, nesse sentido, o seu emprego indevido (LOBODA; DE ANGELIS, 2005). Na tentativa de padronização de conceitos para o "verde urbano", Cavalheiro *et al.* (1999), apud in Buccheri Filho; Nucci (2006, p. 49-50) iniciam as discussões sobre a temática, compartimentando o espaço urbano em três sistemas integrados:

- Sistema de espaços com construções (habitação, indústria, comércio, hospitais, escolas, etc);
- Sistema de espaços livres de construção (praças, parques, águas superficiais, etc.) e
- Sistema de espaços de integração urbana (rede rodo-ferroviária).

Segundo os mesmos autores, o espaço livre de construção é definido como espaço urbano ao ar livre, destinado a todo tipo de utilização que se relacione a recreação e ao lazer da população. Estes espaços podem ser privados, potencialmente coletivos ou públicos e podem desempenhar, principalmente, funções estética, de lazer e ecológico-ambiental.

Neste contexto, o sistema de áreas verdes é entendido como integrante do sistema de espaços livres. Esta idéia é sustentada também por Nucci (2008), que denomina as áreas verdes como um subsistema do sistema de espaços livres de construção, onde há predominância de áreas plantadas, cuja vegetação e solo permeável devem ocupar pelo menos 70% da área e ainda desempenhar função estética, ecológica e de lazer. Morero; Santos; Fidalgo (2007) acrescentam ainda, que a distribuição dessas áreas deve servir a toda população, sem privilegiar qualquer classe social e atender as suas reais necessidades de lazer.

Ainda na tentativa de esclarecer as diferenças entre as terminologias mencionadas, Llardent (1982, p. 151) cita os seguintes conceitos:

- Sistemas de espaços livres: Conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio.
- Espaço livre: Quaisquer das distintas áreas verdes que formam o sistema de espaços livres.
- Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamento verde: Qualquer espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.

Na concepção de Cavalheiro; Del Picchia (1992), uma área verde é sempre um espaço livre, e esse termo deveria ser optado, pois é mais abrangente ao incluir na sua categoria, além das praças, parques, bosques, as águas superficiais. Estes espaços são assim áreas livres de construções e baseado neste conceito, Lima *et al.* (1994) os subdividem em:

- ✓ Área verde: onde há o predomínio de vegetação arbórea. Devem ser consideradas as praças, os jardins públicos e os parques urbanos, além dos canteiros centrais e trevos de vias públicas, que tem apenas funções estéticas e ecológicas. Porém, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não se incluem nesta categoria.
  - Parque Urbano: são áreas verdes, maiores que as praças e jardins, com função ecológica, estética e de lazer.
  - Praça: são consideradas áreas verdes quando apresentarem vegetação e não forem impermeabilizadas, com função principal de lazer.
- ✓ Arborização Urbana: são os elementos vegetais de porte arbóreo no ambiente urbano.

Neste enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verdes.

Cabe mencionar, que a vegetação que compõe a arborização urbana, pode ser natural ou cultivada e estar presente tanto em espaços públicos, quanto privados (SANCHOTENE, 1994). De acordo com Cavalheiro *et al.* (1999), apud in Buccheri Filho; Nucci (2006), a arborização, assim como, canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias não podem ser considerados áreas verdes, mas sim "verde de acompanhamento viário", que com as calçadas pertencem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana.

Ressalta-se ainda que, a cobertura vegetal também não se enquadra na categoria de áreas verdes. Na verdade, esta terminologia refere-se à cobertura que a vegetação, propicia ao solo.

Cavalheiro *et al.* (1999), estabelece um conceito mais abrangente e flexível. Segundo este autor, a cobertura vegetal é a projeção do verde em cartas planimétricas, existente nos sistemas de espaços construídos, espaços livres, sistemas de espaços de integração, além das Unidades de Conservação e da zona rural.

Como pôde ser verificado, as diferentes terminologias utilizadas para designar áreas verdes, não possuem o mesmo significado, embora, todas façam parte do “verde urbano”, com exceção dos espaços livres, que por ser um termo mais abrangente, podem ou não se incluir nesta categoria. Porém, cada uma com suas especificidades contribuem para qualidade ambiental das cidades e para melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

A partir das abordagens referenciadas tomamos como base para este estudo, o conceito estabelecido por Cavalheiro *et al.* (1999). Assim, de maneira concisa podemos dizer que, os espaços livres são áreas não construídas e que as áreas verdes são um tipo especial de espaço livre, onde o elemento fundamental de sua composição é a vegetação. As áreas verdes devem satisfazer três objetivos principais: estético, ecológico-ambiental e de lazer e servir a população, proporcionando uso e condições para recreação. Logo, áreas urbanas como parques, praças, bosques, balneários, playgrounds, camping, margens de rios e lagos que satisfazem os requisitos descritos, são consideradas áreas verdes.

As diferentes funções - ecológica, estética e de lazer - desenvolvidas pelas áreas verdes amenizam as conseqüências negativas da urbanização e contribuem para a melhoria da saúde da população e do ambiente físico justificando assim a manutenção das mesmas no espaço urbano (CAPORUSSO; MATIAS, 2008). Como função estética, pode-se considerar o que se refere ao belo, formoso e agradável; já a função ecológica diz respeito, dentre outras, à capacidade de redução dos materiais tóxicos particulados e sua incorporação nos ciclos biogeoquímicos, à manutenção do microclima, da fauna e das altas taxas de evapotranspiração; enquanto que a função de lazer refere-se ao descanso, ócio ou passatempo (LIMA, *et al.*, 1994; CAVALHEIRO *et al.*, 1999; NUCCI, 1996; HENKE-OLIVEIRA, 1996; GUZZO; CAVALHEIRO, 1999; BUCCHERI-FILHO; NUCCI, 2006).

Diversos autores citam os benefícios que as áreas verdes podem trazer ao homem nas cidades, como: controle da poluição do ar e acústica, aumento do conforto ambiental, estabilização de superfícies por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas, abrigo à fauna, equilíbrio do índice de umidade no ar, proteção das nascentes e dos mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental do ambiente, recreação, diversificação da paisagem construída (CAVALHEIRO, DEL PICCHIA, 1992; LIMA *et al.*, 1994; HENK-OLIVEIRA, 1996; NUCCI, 2008; VIEIRA, 2004; TOLEDO, SANTOS, 2008).

Vieira (2004) admite que as áreas verdes tendem a assumir diferentes papéis na sociedade e suas funções devem estar inter-relacionadas no ambiente urbano, de acordo com o tipo de uso a que se destinam. Para o autor, as funções destas áreas estariam relacionadas à Função Social (possibilidade de convívio social e de lazer que essas áreas oferecem à população), Função Estética (diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade), Função ecológica (provimento de melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem-estar dos habitantes e na diversificação da fauna), Função Educativa (possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental) e Função Psicológica (possibilidade de realização de atividades físicas, de lazer e de recreação. O contato da população com elementos naturais dessas áreas propiciam o alívio das tensões e o estresse do cotidiano de trabalho por meio do relaxamento e descontração).

Entretanto, para que as áreas verdes possam desempenhar satisfatoriamente suas funções é necessário que sejam englobadas de forma integrada ao planejamento urbano. Neste contexto, metodologias e informações geradas a partir de estudos, envolvendo a temática em questão, podem ser úteis ao planejamento municipal. Contudo, só subsidiarão a formulação de políticas públicas e se constituirão como ferramentas para monitorar a qualidade ambiental e de vida urbana, se, as iniciativas experimentais (no campo técnico e acadêmico) demonstrarem possibilidade de aplicação na gestão da cidade, se forem compatíveis com os interesses dos gestores municipais e com os critérios estabelecidos pela política de desenvolvimento e expansão urbana (NAHAS, 2002).

## CONTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES PÚBLICAS PARA A QUALIDADE DE VIDA URBANA

Os problemas urbanos enfrentados na atualidade, tais como poluição do ar e da água, enchentes, ruídos em excesso, entre outros, causam sérios prejuízos à saúde física e mental da população. Além disso, o aumento populacional e a expansão das cidades, aliada à falta de políticas públicas eficazes, capazes de ordenar este crescimento com a manutenção das áreas verdes, tem provocado a redução da vegetação nas urbes, tornando as cidades cada vez menos acolhedoras ambientalmente para a ocupação humana.

Com vias de minimizar estes problemas, as áreas verdes, vem sendo tema discutido na comunidade acadêmica por diferentes trabalhos (MAZZEI, COLESANTI, SANTOS, 2007) e em distintas áreas. Nestes estudos, a ênfase está na investigação dos benefícios trazidos pelas áreas verdes para a saúde e o bem-estar da população citadina, partindo-se da premissa de que estas áreas ao desenvolver funções ecológicas, sociais e de lazer, podem contribuir de maneira eminente, para a melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

Em se tratando dos conceitos de qualidade ambiental e qualidade de vida, ambos são polissêmicos. De acordo com Guimarães (1984), em razão do aprofundamento da denominada “consciência ecológica” provocada pelos problemas ambientais globais e pela degradação ambiental urbana, o conceito de qualidade de vida; comumente definido como o grau de bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população (saúde, educação, moradia, renda) e pelas necessidades subjetivas do indivíduo e dos grupos sociais (BRAVO, VERA, 1993; VITTE, 2009); vinculou-se, indissociavelmente ao conceito de qualidade ambiental (GUIMARÃES, 1984). Esta, por remeter conceitualmente a idéia de sustentabilidade do desenvolvimento humano, acabou por ampliar o conceito de qualidade de vida (NAHAS, 2009).

No campo conceitual, a mescla dos dois conceitos (qualidade de vida e qualidade ambiental) é de tal ordem que muitas vezes se torna difícil estabelecer se a qualidade de vida é um dos aspectos da qualidade ambiental ou se esta é componente do conceito de qualidade de vida. (NAHAS, 2009, p.125).

Kamp; Leidelmeijer; Hollander (2003) distinguem qualidade ambiental e qualidade de vida, ao colocar o primeiro conceito como um componente do segundo. Nesta revisão, a qualidade de vida aparece como um conceito abrangente que envolve dentre vários elementos, aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais.

Em um estudo desenvolvido por Buccheri-Filho; Tonetti (2011), sobre a qualidade ambiental nas paisagens urbanizadas, os autores abordam que a qualidade ambiental urbana enquanto componente da qualidade de vida, pode ser definida como a amplitude de condições favoráveis do ambiente urbano, que suprem as necessidades fisiológicas e psicológicas do ser humano, como resultado, propicia a melhoria da qualidade de vida da população.

Na prática, a abrangência de cada um dos conceitos se explicita ao serem estabelecidos e aplicados métodos para sua mensuração, que acabam assim, contribuindo para a formação do próprio conceito (NAHAS, 2009). De acordo com a autora,

[...] em se tratando da mensuração da qualidade ambiental enquanto conceituação ampla, a qualidade de vida urbana torna-se elemento da qualidade ambiental. Entretanto, quando se trata da formulação de indicadores para instrumentalizar o planejamento urbano, a qualidade ambiental no sentido estrito, se torna um dos elementos do dimensionamento da qualidade de vida urbana. (NAHAS, 2009, p. 126).

Nota-se, portanto, que estes conceitos se relacionam e se complementam, e que na prática o alcance de cada um dos termos é dado pela sua mensuração. No âmbito do planejamento urbano, o estabelecimento de indicadores para a avaliação da qualidade de vida e qualidade ambiental, tem sido o meio mais utilizado de mensuração.

Assim, diz-se que o conceito de qualidade de vida é mais amplo, pois seus indicadores, segundo Pereira *et al.* (2012), são mais abrangentes ao envolver elementos que retratam o cotidiano dos cidadãos, tais como fatores da infraestrutura, o desenvolvimento econômico, social, cultural e os aspectos ambientais.

De acordo com um estudo feito pela Organização Mundial da Saúde em 1994, que teve como objetivo a criação de instrumentos medidores de qualidade de vida, observou-se uma multidimensionalidade do conceito, surgindo assim uma estrutura composta por seis domínios: (a) domínio I (físico): dor, desconforto, energia, fadiga, sono e repouso; (b) domínio II (psicológico): sentimentos positivos, auto-estima, aparência, sentimentos negativos, etc.; (c) domínio III (nível de independência): mobilidade, atividades da vida cotidiana, uso de medicação e tratamentos, capacidade de trabalho/produção, etc.; (d) domínio IV (relações sociais): relações interpessoais, apoio social, atividade sexual, etc.; (e) domínio V (ambiente): segurança física e proteção, recursos financeiros, lazer, ambiente físico – poluição, ruído, trânsito, clima – etc.; e (f) domínio VI (aspectos espirituais, crenças pessoais ou religião): espiritualidade, religião e crenças pessoais. (UFRGS, 2010 apud in PINA, SANTOS, 2012, p.148)

Quanto ao domínio ambiental, diferentes indicadores podem ser estabelecidos para a avaliação ecológica ou de monitoramento ambiental, este por sua vez, envolve a análise de aspectos urbanos tais como drenagem de águas pluviais, tratamento de resíduos sólidos, cobertura vegetal, risco geológico, nível de ruídos, poluição atmosférica, contaminação do solo, poluição hídrica, áreas verdes, dentre outros. Assim, as áreas verdes poderão ser um dos critérios de análise tanto da qualidade ambiental, quanto da qualidade de vida; já que, a qualidade ambiental é um dos elementos do dimensionamento da qualidade de vida urbana.

No contexto da qualidade de vida urbana, as áreas verdes, além de atribuir melhorias ao meio ambiente e ao equilíbrio ambiental; contribuem para o desenvolvimento social e traz benefícios ao bem-estar, a saúde física e psíquica da população, ao proporcionarem condições de aproximação do homem com o meio natural, e disporem de condições estruturais que favoreça a prática de atividades de recreação e de lazer. Desse modo, quando dotadas de infraestrutura adequada, segurança, equipamentos e outros fatores positivos, poderão se tornar atrativas à população, que passará a frequentá-las, para a realização de atividades como caminhada, corrida, práticas desportivas, passeios, descanso e relaxamento; práticas importantes na restauração da saúde física e mental dos indivíduos.

A realização de atividades físicas em espaços, como as áreas verdes, pode trazer benefícios fisiológicos imediatos e a longo prazo, aos praticantes. Entre os imediatos, segundo Gobbi (1997), estão não só a regularização dos níveis de glicose sanguínea, de adrenalina e noradrenalina, mas também a quantidade e qualidade do sono. Os efeitos a longo prazo são representados pela melhora em todos os aspectos do funcionamento cardiovascular (capacidade aeróbia e anaeróbia), flexibilidade, resistência, potência e fortalecimento muscular, equilíbrio, coordenação e velocidade de movimento; pela diminuição da incidência de doenças músculo-esqueléticas, cardiovasculares e metabólicas. (ACHOUR JUNIOR, 1995; GOBBI, 1997; OKUMA, 1997).

De acordo com Costa (2010), as áreas verdes, enquanto locais de lazer e recreação, tem a capacidade de neutralizar por meio do relaxamento, os fatores urbanos estressantes, como ruído, calor e poluição do ar. Essa capacidade é exercida sobre os frequentadores, quando estes entram em contato com os elementos naturais destas áreas. Barton, Pretty (2010) determinaram por meio de um estudo de meta-análise, que apenas cinco minutos de exercício em áreas naturais, é suficiente para trazer melhorias à saúde mental (humor e autoestima) destes indivíduos, sugerindo benefícios imediatos. Tais evidências sugerem ainda, que as pessoas sedentárias e/ou com problemas de natureza psíquica, teriam benefícios na saúde mental se comprometendo a exercícios de curta duração, em espaços verdes acessíveis.

Lorenzi (1992) apud in Perehouskei, De Angelis (2012), menciona uma contribuição interessante referente às áreas verdes e à saúde em seus aspectos psicológicos, ao considerar que,

um dos efeitos benéficos mais importantes da vegetação em ambientes [...] diz respeito à satisfação psicológica do ser humano. Caminhar sob árvores, [...] e entre flores, satisfaz o desejo, muitas vezes inconsciente, do 'ontato com o verde', do elo com a natureza. (LORENZI, 1992, p. 41 apud in PEREHOUSKEI, DE ANGELIS, 2012 ).

Del Rio e Oliveira (1999) apud in Perehouskei, De Angelis (2012), também discutem processos psicológicos ligados a fatores afetivos e preferências ambientais. De acordo com os autores, as paisagens e ambientes naturais, têm efeitos positivos sob a fadiga mental, e sugerem que

certos tipos de arranjos ambientais despertam respostas emocionais inatas, herdadas da própria evolução genética humana. Estes autores debatem ainda, sobre evidências neuropsicológicas, em que relacionam os estímulos perceptivos proporcionados por elementos naturais ao desencadeamento de processos fisiológicos, dentre eles, as respostas do sistema imunológico.

Outro aspecto importante das áreas verdes refere-se aos benefícios proporcionados a melhoria da habitabilidade do ambiente urbano. Enquanto espaços públicos, as áreas verdes podem se constituir em locais para práticas sociais e culturais, encontros ao ar livre e para manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas. Além disso, a vegetação que geralmente está presente nessas áreas pode influenciar no microclima mediante a amenização da temperatura, o aumento da umidade relativa do ar e a absorção de poluentes (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007).

Tais apontamentos revelam, portanto, os benefícios que as áreas verdes públicas urbanas podem proporcionar à saúde e ao bem-estar da população. Desse modo, a construção de novas áreas verdes, a revitalização das existentes, ou mesmo, a conservação da vegetação presente no espaço urbano, deve ser encarada pelos gestores municipais como benefício futuro a toda população cidadina. (PEREHOUSKEI; DE ANGELIS, 2012). A importância destas áreas deve ser considerada no momento em que se planeja a cidade, de forma a tirar vantagens de todas as possibilidades ecológicas (PEREHOUSKEI; DE ANGELIS, 2012), estéticas e sociais que elas podem oferecer, e assim contribuir, tanto para qualidade ambiental urbana, quanto para a qualidade de vida da população.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias cidades brasileiras vêm apresentando, nas últimas décadas, um elevado crescimento de sua população urbana, obrigando o poder público a gastar significativas somas de recursos para dotar estas cidades com uma infraestrutura capaz de atender os anseios dessa população. De modo que os investimentos nos serviços de saúde, segurança, educação e saneamento tornam-se prioritária ficando a qualidade ambiental relegada ao segundo plano.

Ora, se a cidade é o local onde ocorre a produção da vida e onde são estabelecidas as relações sociais, a melhoria da qualidade ambiental do espaço urbano, trará benefícios tanto para a saúde quanto para o bem-estar da população. Por este motivo, os espaços verdes constituem um recurso importante para planejar e desenvolver um ambiente construído mais saudável.

A qualidade do ambiente urbano depende muito da qualidade dos espaços verdes, e estes devem ser agradáveis, dotados de infraestrutura, equipamentos adequados, seguros e serem facilmente acessíveis a toda população. A inexistência das áreas verdes urbanas demonstra o descaso do poder público para com a saúde física e mental dos cidadãos, a ausência de uma visão ampliada do futuro e a fragilidade do planejamento urbano e das políticas públicas.

Assim, a partir das discussões abordadas é possível inferir que o poder público, além de planejar novos espaços destinados ao lazer, recreação e conforto ambiental, deve assegurar por meio de políticas públicas a qualidade destas áreas, tornando este ambiente mais atrativo ao uso da comunidade e assim promover a melhoria da sua qualidade de vida.

### AGRADECIMENTOS

À Fapemig pelo apoio e incentivo à pesquisa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHOUR JUNIOR, A. Os efeitos da associação atividade física e saúde estão cada vez mais presentes na literatura científica. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas/RS, v. 1, n. 2, p. 3-4, 1995.
- BARTON, J., PRETTY, J. What is the Best Dose of Nature and Green Exercise for Improving Mental Health? A Multi-Study Analysis. **Environ. Sci. Technol**, v.44, p. 3947-3955, 2010.
- BRAVO, M.T. de; VERA, S.F. de. Consideraciones metodológicas: una operacionalización Del concepto de calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**. v.34, 1993.
- BUCCHERI-FILHO, A. T.; TONETTI, E. L. Qualidade ambiental nas paisagens urbanizadas. **Revista Geografar**. Curitiba: UFPR, v.6, n.1, p.23-54, jun./2011.

BUCCHERI – FILHO, A. T.; NUCCI, J. C. Espaços Livres, Áreas Verdes e Cobertura Vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, Curitiba: UFPR, n.18, p. 48-59, 2006.

CAPORUSSO, D.; MATIAS, L. F. Áreas Verdes Urbanas: Avaliação e Proposta Conceitual. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1., **Anais...** Rio Claro/SP, Unesp. 2008. CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas Verdes: Conceitos, Objetivos e Diretrizes para o Planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1., ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992. Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ ES, 1992. p. 29-38. CAVALHEIRO, F.; et. al. Proposição de Terminologia para o Verde Urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, SBAU: Rio de Janeiro, v. 7, n.3, jul./ago/set.1999.

COSTA, C. S. Áreas Verdes: um elemento chave para a sustentabilidade urbana. **Arquitextos**, São Paulo, v. 11, 2010, 126 p.

COSTA, R. G. S.; COLESANTI, M. M. A Contribuição da Percepção Ambiental nos Estudos das Áreas Verdes. **RA'EGA**. Curitiba: UFPR, v.22, p. 238-251, 2011.

GOBBI, S. Atividade Física para pessoas idosas e recomendações da Organização Mundial de Saúde de 1996. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Pelotas/RS, v. 2, n. 2, p. 41-49, 1997.

GUIMARÃES, R.P. Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão dos Indicadores de Qualidade Ambiental. In: SOUZA (Org.). **Qualidade de vida urbana**. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar Edit.1984, p.21-51.

GUZZO, P.; CAVALHEIRO, F. Índices de Espaços Livres de Uso Público e de Cobertura Vegetal em dois Setores Urbanos da Cidade de Ribeirão Preto/SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 5., 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** 2000.

GUZZO, P. **Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto-SP**. 1999. 106f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.

HENKE – OLIVEIRA, C. **Planejamento ambiental na Cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnósticos e propostas**. 1996. 196 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1996.

KAMP, I. V.; LEIDELMEIJER, G. M.; HOLLANDER, A. Urban environmental quality and human well-being: towards a conceptual framework and demarcation of concepts; a literature study. **Landscape and Urban Planning**, v.65, n.1, p. 5-18, 2003.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Revista Formação**, n.13, p. 139 -165. 2006.

LIMA, A. M. L. P.; et. al. Problemas de Utilização na Conceituação de termos como Espaços Livres, Áreas Verdes e Correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luis, MA: **Anais...** 1994. p. 539-553. LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Madrid: Closas - Orcoyen, 1982.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 1 n. 1, p. 125-139, jan/jun. 2005.

LOMBARDO, M.A. **Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1985. 244 p. MANSILLA, S.L. Diferenciación sócio-espacial em San Miguel de Tucumán: El paisaje urbana como indicador de calidad de vida. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE GEÓGRAFOS, 3., **Anais...** CD. Santiago: Universidade de Chile, 2001.

MAZZEI, K; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas Verdes Urbanas, Espaços Livres para o Lazer. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.19, n.1, p. 33-43, 2007.

MORERO, A.M.; SANTOS, R.F.; FIDALGO, E.C.C. Planejamento ambiental de áreas verdes: estudo de caso de Campinas-SP. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v.19, n.1, p. 19-30, jun. 2007.

NAHAS, M.I.P. Indicadores Intra-urbanos como instrumento de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, A.C.; KEINERT,

- T.M.M. (Orgs.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 312p.
- NAHAS, M.I.P. **Bases teóricas, metodológicas de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades**: o caso de Belo Horizonte. 2002. 373 p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2002.
- NUCCI, T. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicada ao distrito de Santa Cecília (MSP). Curitiba: o autor, 2.ed. 2008. 150 p.
- NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento**: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP). 1996. 229 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- OLIVEIRA, L. A. de; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.
- OKUMA, S. S. **O significado da atividade física para o idoso: um estudo fenomenológico**. São Paulo, 1997. 380 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- PEREHOUSKEI, N. A.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas Verdes e Saúde: paradigmas e experiências. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 55-77, 2012.
- PEREIRA, M.T.; et al. Desenvolvimento de indicador de qualidade de áreas verdes urbanas (IQAVU) e aplicação em cidades paranaenses. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.5, n.1, p. 132-159, jan./abr. 2012.
- PINA, J. H. A. SANTOS, D. G. dos. A Influência das Áreas Verdes Urbanas na Qualidade de Vida: o caso dos Parques do Sabiá e Victório Siquierolli em Uberlândia-MG. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 6, n. 1, p.143-169 abr/2012.
- SANCHOTENE, M.C.C. Desenvolvimento e Perspectivas da Arborização Urbana no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luis, MA; ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, V, 1994, São Luiz, MA, **Anais...** São Luis: Universidade Estadual do Maranhão, 1994. p.16.
- TOLEDO, F. dos S; SANTOS, D.G. Espaços Livres de Construção. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Piracicaba/ SP, v.3, n.1, p. 73-91, mar. 2008.
- VITTE, A.C. Modernidade, Território e Sustentabilidade: Refletindo sobre qualidade de vida. In: VITTE, A.C.; KEINERT, T.M.M. (Orgs.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana**: discussões teórico-metodológicas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 312p.
- VIEIRA, P.B.H. Uma Visão Geográfica das Áreas Verdes de Florianópolis-SC: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). 2004. 109 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.